



Maputo, Dezembro de 2020



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2020

Visão

Ser uma instituição de referência na dinamização e gestão do sector empresarial participado pelo Estado, no quadro do desenvolvimento do País.

Missão

Gerir as participações do Estado de acordo com os princípios de boa governação e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.

Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de intervenção na gestão do sector empresarial do Estado, com vista à captação de receitas resultantes de dividendos nas Sociedades participadas.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Ana Isabel Senda Coanai

Presidente

Mário Xavier Estêvão

Administrador

Raimundo Jorge Matule

Administrador

Albertina Furquia Fumane

Administradora

Danilo Nalá

Administrador

Conselho Fiscal

Fernanda Matsinha

Presidente

Isabel Sumar

Vogal

Índice	
ÓRGÃOS SOCIAIS	2
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
I. INTRODUÇÃO	8
II. ACTIVIDADES PROGRAMADAS E GRAU DE REALIZAÇÃO POR DIRECÇÃO	9
DIRECÇÃO DE CONTROLO DE PARTICIPAÇÕES	9
III. DIRECÇÃO DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA	14
ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	14
ACTIVIDADES REALIZADAS	14
IV. DIRECÇÃO DE INVESTIMENTOS	18
ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	18
NO ÂMBITO DA REESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS DO SEE:	19
NO ÂMBITO DA CONSOLIDAÇÃO DOS MECANISMOS DA MONITORIA DO DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO DAS EMPRESAS.....	19
NO ÂMBITO DA REDUÇÃO DO RISCO FISCAL.....	20
V. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	21
ACTIVIDADE PROGRAMADAS	21
VI. DIRECÇÃO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	29
ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	29
ACTIVIDADES REALIZADAS NA PLANIFICAÇÃO	29
VII. GABINETE JURÍDICO	30
ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	30
ACTIVIDADES REALIZADAS	31
BALANÇO DAS PETIÇÕES DO 3º TRIMESTRE DE 2020	32
VIII. GABINETE AUDITORIA INTERNA	32
ACTIVIDADES PLANIFICADAS.....	32
IX. UGEA	34

ACTIVIDADES PLANIFICADAS E REALIZADAS.....	34
X. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO NO COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)	36
MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO NO IGEPE	36
XI. CONCLUSÃO	38

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O relatório de balanço do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) 2020, apresenta o balanço das acções realizadas pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), planificadas para o ano 2020, em cumprimento das acções programadas no Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), nas suas áreas de intervenção.
2. O documento reporta o estágio de implementação das acções programadas para o período em análise, dando enfoque as que alcançaram as metas planificadas e outras de impacto directo na dinâmica da actividade económica do Sector Empresarial do Estado (SEE).
3. Em 2020 o PAO, instrumento operacional do IGEPE, foi implementado num contexto em que a economia internacional apresentou um crescimento moderado por conta dos efeitos da pandemia do COVID 19 que afectou maior parte do tecido socioeconómico na esfera global.
4. Apesar dos constrangimentos por conta da pandemia do COVID 19, o IGEPE conseguiu executar positivamente as actividades programadas a um nível de 97%, entretanto, as não executadas transitam para o PAO 2021, onde se destacam:
 - a) Divulgação da Estratégia de Investimentos;
 - b) Reuniões com Sector Empresarial do Estado para a implementação da Estratégia de Viabilização e Rentabilização;
 - c) Reuniões com o Sector Empresarial do Estado no âmbito da Consolidação de Contas;
 - d) Consolidação de Contas,
 - e) Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE;
5. No ano de 2020 destacamos a realização das seguintes actividades:

A nível de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado destacamos as seguintes actividades realizadas:

- a) Reestruturação dos passivos;
- b) Reestruturação financeira;

- c) Aprovada pela AR a reforma antecipada dos recursos humanos;
 - d) Contenção dos custos operacionais;
 - e) Reestruturação operacional;
 - f) Estabelecimento de parcerias.
6. Na Consolidação dos Mecanismos de Supervisão e Controlo das empresas foram revistos e aprovados instrumentos de governação corporativa do sector empresarial do Estado em 14 empresas, das quais 12 de empresas públicas e 2 de empresas participadas nomeadamente: Política Anti-corrupção, Código de Ética, Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, Estatutos, Regulamentos de Carreira Profissional, Manual de Governação.
7. No âmbito dos investimentos e novos negócios do SEE foi feita a avaliação económico-financeira das Parcerias Público Privadas (PPP) nas empresas EDM, SMM, RM, ADM, PETROMOC, EMEM e DOMUS.
8. No âmbito da Redução do Risco Fiscal, foi monitorado o endividamento das empresas do SEE e elaborado em coordenação com o Ministério da Economia e Finanças (MEF) o primeiro Relatório Anual da Dívida Pública referente ao exercício económico de 2019.
9. No que concerne ao aumento das Receitas de Capital registou-se um desempenho de 228% acima do planificado ao nível da arrecadação de receitas, o qual deveu-se à incorporação dos dividendos da Hidroelétrica de Cabora Bassa.
10. Apesar do bom desempenho na receita de capital, a receita das alienações tiveram um baixo grau de execução devido ao atraso no processo da alienação das participações.
11. As actividades de 2020, foram planificadas de acordo com as seguintes prioridades macros do IGEPE, definidos para o mandato 2020-2024:
- a) Reestruturação do Sector Empresarial do Estado
 - b) Consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas;
 - c) Redução do risco fiscal e

d) Aumento das receitas de capital.

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório refere-se ao balanço das actividades desenvolvidas no ano de 2020 caracterizada pela recessão da economia mundial, devido ao surgimento da Pandemia do COVID 19, tendo resultado, em Moçambique, na desvalorização da moeda nacional e inflação dos preços dos produtos no mercado.
2. Para enfrentar as manifestações da recessão da economia, o IGEPE empenhou-se na contínua melhoria da reforma do sector empresarial, como um dos objectivos do sector para o PES 2020, dando ênfase a contínua reestruturação das empresas do SEE, racionalização dos recursos financeiros, reforço dos mecanismos de supervisão e controlo do desempenho económico-financeiro das empresas, redução do risco fiscal e níveis de endividamento, bem como o aumento das receitas de capital.
3. Assim, o presente Relatório de Balanço de Actividades e Orçamento 2020, apresenta as actividades realizadas durante o período em análise, o nível de execução de cada área, os desafios e constrangimentos encontrados ao longo do processo da sua execução.
4. O documento está estruturado em 4 capítulos, nomeadamente: i. Sumário Executivo; ii. Introdução; iii. Actividades Programadas e o Grau de Execução e por fim iv. As Conclusões.

II. ACTIVIDADES PROGRAMADAS E GRAU DE REALIZAÇÃO POR DIRECÇÃO

DIRECÇÃO DE CONTROLO DE PARTICIPAÇÕES

Actividades Planificadas

- Na Direcção de Controlo de Participações tinham sido programadas para o presente ano as seguintes actividades:
5. Garantir o Aumento de receitas de capital para o Tesouro Público em 40%.
 6. Continuar o processo de reestruturação das empresas do sector empresarial do Estado para a sua viabilização e rentabilização, nomeadamente:
 - a) A reestruturação financeira da Petromoc, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP;
 - b) A reestruturação operacional da Farmac, Transmarítima, LAM, TVM, RM, ENPCT, RBL e HICEP;
 7. Continuar com o processo de saneamento da carteira de participações do Estado através da:
 - a) Alienação de participações sociais e património, nomeadamente: Chá Namae (100%), IBC - Indústria de Borracha e Calçado (20%), Madal (5%), Geomoc (20%), Geralco (20%), Graphic (6.8%); Tecnauto (47.5%); Refrigerantes de Gaza – INAR (20%), Hidromoc Beira (20%); Steia (20%); Agro-Alfa Fundação (20%); SOMEC (20%); Marmonte (20%); Diário de Moçambique (20%); CEGRAF (20%); Tecnomecânica (20%); Moçambique Previdente (20%); Medimoc (64.73%); Hotel Cardoso (25.76%); Emopesca (80%); Auto-Gás (22%); Mogás (33.75%); CIM (1.48%), Cimentos de Moçambique (4.81%), Gapi (10.25%), Eméritus Resseguro (20%), Companhia de Sena (4.98%), Carteira Móvel (30%); Ifloma (20%); Mozaico do Indico (49%) e Sociedade Malonda (3%).
 - b) Dissolução e liquidação da ALC Leasing e da Sogir.
 8. Reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas através da consolidação dos mecanismos de monitoria das empresas do SEE.
 9. Garantir a elaboração do Relatório e Contas Consolidado das empresas do sector empresarial do Estado, referente ao exercício económico de 2020.

Actividades Realizadas

10. Para o ano de 2020, o IGEPE contou com uma carteira composta por 42 empresas, sendo 12 empresas públicas, 7 empresas exclusivamente participadas pelo Estado, 11 maioritariamente participadas pelo Estado, 12 minoritariamente participadas pelo Estado e 1 fundação.

- **Garantir o Aumento de Receitas de Capital para o Tesouro Público em 40%**

12. Para o exercício de 2020, foi planificada a arrecadação de 2.771,4 milhões de Meticais de receitas de capital, tendo sido arrecadado até Dezembro do mesmo ano 6.310,1 milhões de Meticais, o que corresponde a um grau de execução de 228%.

13. Esse aumento deveu-se à incorporação de dividendos da Hidroelétrica de Cabora Bassa, que depositou contribuições referentes aos dividendos dos anos de 2015 a 2017 e 2019 que representaram 51% da receita total de capital arrecadada. Entretanto, contribuíram também para este nível de receita as empresas CFM, EP; BIM, SA; ENH, EP; CMH, SA; BNI, SA; Emose, SA e CMG, SA.

11. Refira-se que a Mozal, SA e a Norsad, SA que tradicionalmente contribuíam para a receita de dividendos, não o fizeram em consequência dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 nas suas receitas.

12. Apesar do bom desempenho na receita de capital, a receita das alienações tiveram um baixo grau de execução devido ao atraso no processo da alienação das participações.

- **Continuar o processo de reestruturação das Empresas do Sector Empresarial do Estado**

13. No que respeita ao processo de reestruturação das empresas, com vista a sua viabilização e sustentabilidade, o IGEPE prosseguiu com o trabalho já iniciado, na vertente operacional, financeira e de recursos humanos, sendo de destacar, dentre outros, os seguintes:

- a) Reestruturação dos passivos o que contribuiu para a melhoria de equilíbrio do balanço nas empresas EDM, EP; ADM, EP; CFM, EP; Petromoc, SA; Tmcel, SA; LAM, SA; Stema, SA; Semoc, SA; Farmac, SA.
- b) Saneamento do passivo laboral nas seguintes empresas: Transmarítima, SA; Medimoc, SA; Emem, SA; Ifloma, SA e Semoc, SA;
- c) Aumento e realização de capital nas empresas Petromoc, SA; LAM, SA; ADM, EP; Semoc, SA; Emem, SA;
- d) Aprovação do princípio de fusão das empresas HICEP, EP e RBL, EP com vista a assegurar maior eficiência nos regadios e racionalização de recursos;
- e) Alteração do modelo de governação na empresa Transmarítima, SA bem como aprovação do princípio de liquidação e passagem do serviço para terceiros.
- f) Aprovação do plano de negócios bem como o plano de revitalização da LAM, SA;
- g) No âmbito da reestruturação da mão-de-obra nas empresas foi aprovado pela Assembleia da República o princípio de reforma antecipada de recursos humanos o que permitirá a passagem da força laboral excedentária para a reforma (INPS), aliviando os custos nas empresas Tmcel, SA; RM, EP; Correios de Moçambique, EP; TVM, EP e ADM, EP;
- h) Estabelecimento de parcerias na SMM, SA para (a) viabilização do projecto de produção de soros injectáveis, medicamentos e para (b) o fabrico local de máscaras em resposta aos desafios da pandemia da covid-19;
- i) Foi lançado o concurso público para contratação de consultor com objectivo de efectuar a avaliação e determinação do valor da participação do Estado das seguintes empresas: Stema, SA; Emose, SA; Domus, SA e Correios, EP;
- j) Foi lançado o concurso público para revisão do objecto social da EMEM, SA no que tange à sua missão, sua relevância no sector bem como as perspectivas futuras.
- k) Iniciado o processo da elaboração da Estratégia de Viabilização e Rentabilização do Sector Empresarial do Estado;

- **Continuar com o processo de saneamento da carteira de participações do Estado**

14. Com vista a robustecer a carteira de participações sob gestão do IGEPE, deu-se continuidade aos processos ora em curso, tendo-se conseguido alienar os 20% da participação do IGEPE na Moçambique Previdente, estando as demais empresas nos estágios abaixo apresentados.

Tabela 1- Saneamento da carteira de participações do Estado

Empresa	Estágio do Processo
Chá Namae – Unidade G0-2 da extinta Emochá;	Aguarda se despacho das Tutelas
Diário de Moçambique, Marmonte, Cegraf, Refrigerantes de Gaza, Geralco e Mogás	Aguardam escrituras
Pintex Beira e Tecnomecânica	Aguardam emissão dos termos de adjudicação pelas CNAAs
Refrigerantes de Gaza, Geralco; Madal, Graphic, Hidromoc Beira - INAR, Steia, Agro-Alfa Fundição, Somec, Hotel Cardoso e Medimoc.	Em negociação com o accionista (maioritário)
Emopesca, Auto-Gás, CIM, Cimentos, Gapi, Eméritus Resseguro, Companhia de Sena, Carteira Móvel, Tecnauto, Infloma e Mextur	Aguardam por despachos e pronunciamentos dos Ministérios de Tutela
Geomoc	Em fase de avaliação

15. No que tange à dissolução e liquidação da ALC Leasing e da Sogir pouco foi avançado uma vez que para o saneamento do passivo com os credores necessita-se de cerca de 300 milhões de Meticais, valor ainda indisponível para o efeito.

16. Iniciou-se o processo de dissolução e liquidação da Mozaíco do Indico, SA, estando-se a 75% para a sua efectivação.

- **Reforçar as Medidas de Supervisão e Controlo das Empresas**

17. Para o período em reporte, foram realizadas as seguintes actividades visando a supervisão e controlo das empresas:

- Aprovados 21 Planos Anuais de Actividade e Orçamento (PAAO's) para 2020 das empresas do SEE,
- Aprovados todos os PAAO's das empresas do SEE para 2021, tendo sido somente reprovados 2 PAAO's que foram submetidos as respectivas empresas para as devidas correções;

- c) Aprovados todos Relatório e Contas (R&C) das empresas do SEE, referentes ao exercício económico de 2019, tendo sido reprovados os R&C das empresas EMEM,SA; Correios de Moçambique, EP e Tmcel, SA nas sessões ordinárias;
- d) Analisados e validados os relatórios de actividades e orçamento trimestrais das empresas públicas para 2019;
- e) Elaborado o Contrato-Programa das empresas públicas ADM, RBL, HICEP, TVM, RM, ENPCT e colhidos os pareceres dos sectores para revisão e posterior submissão ao MEF para assinatura;
- f) Aprovadas as matrizes de desempenho das empresas Emose, S.A., Petromoc, S.A. e EDM, EP, que são parte integrante do Contrato de Gestão.

18. Durante o ano, das Assembleias Gerais Ordinárias das empresas realizadas, 14 empresas apresentaram resultados líquidos positivos (BNI, S.A, Emose, S.A, Domus, S.A, BIM, S.A, CMH, S.A, SMM, S.A, Cervejas de Moçambique, S.A, RM, E.P e CFM, E.P, INM, E.P, Eméritus Resseguro, S.A, Norsad, S.A, ENH, E.P e CMG,S.A), tendo 8 deliberado pela distribuição de dividendos (BNI, S.A, CMH, S.A, Emose, S.A, CFM, E.P, ENH, E.P, CMG, S.A., HCB, S.A e BIM, S.A).

19. As restantes não distribuíram dividendos por precisarem de realizar investimentos, cobrir prejuízos de exercícios anteriores ou realizar aumento de capital.

- **Garantir a elaboração do relatório financeiro consolidado do sector empresarial do Estado do exercício de 2020**

20. Com vista garantir a elaboração do relatório financeiro consolidado do sector empresarial do Estado para o exercício económico de 2020, foi lançado um concurso público tendo sido seleccionada a empresa **Ernst & Young** para conduzir o processo, aguardando-se, nesta fase, pelo visto do Tribunal Administrativo para a assinatura do contrato e início dos trabalhos em 2021 que na essência, deverão gerar como resultados, dentre outros, (i) o manual de procedimentos para a consolidação de contas do SEE; (ii) a capacitação dos gestores das empresas e do IGEPE; e (iii) elaboração do relatório consolidado do SEE.

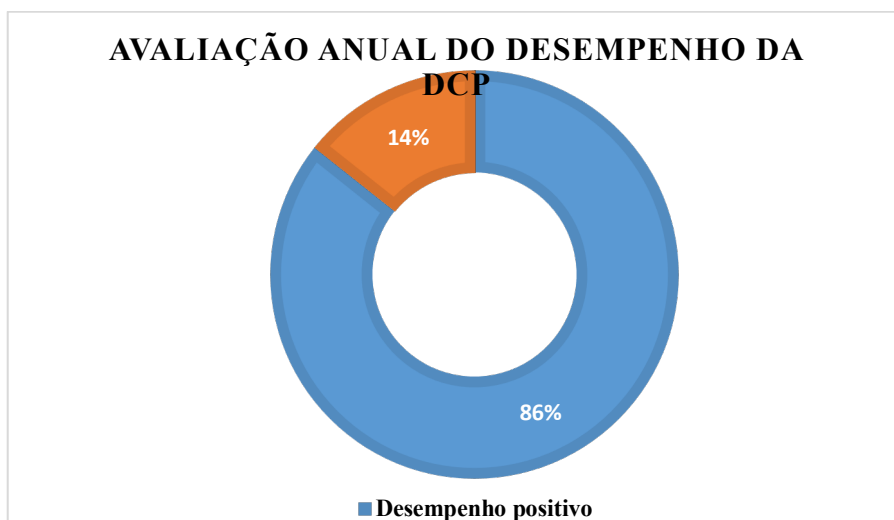


Gráfico 1- Avaliação Anual do Desempenho da DCP

III. DIRECÇÃO DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Actividades Planificadas

21. Na Direcção de Governação Corporativa, tinha sido programado para o ano de 2020, um total de 17 actividades, tendo sido executadas positivamente a um nível acima de 94%, destacando-se:

- a. Revisão dos instrumentos de governação corporativa do Sector Empresarial do Estado;
- b. Realização das Assembleias Gerais nas empresas do Sector Empresarial do Estado;
- c. Garantia da gestão transparente nas empresas do Sector Empresarial do Estado; e
- d. Definição de critérios para a remuneração dos Órgãos Sociais das empresas do Sector Empresarial do Estado.

22. Importa referir que devido à pandemia da COVID19, a DGC viu uma das actividades planificadas para o ano de 2020 afectada, referente aos programas de indução dos gestores públicos nas diversas matérias como o funcionamento dos órgãos sociais, a ética e probidade pública, o processo de planificação empresarial e a lei do sector empresarial do Estado, uma vez que a sua execução impunha a concentração de pessoas via a vis os condicionamentos impostos pelos estados de emergência de calamidade pública, devendo a mesma ser reprogramada para o ano de 2021.

Actividades realizadas

- **Rever os instrumentos de governação corporativa no sector empresarial do Estado**

23. Face à aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado, houve a necessidade de se adequarem os modelos de governação das empresas a este normativo legal, bem como a elaboração e/ou revisão dos diversos instrumentos de gestão previstos na lei.

24. No período em análise foram submetidos para aprovação em assembleias gerais das empresas, os seguintes instrumentos de gestão e governação corporativa:

- a) **Estatutos** de 14 empresas, sendo das 12 empresas públicas, a saber: EDM, ENH, ADM, CFM, RM, TVM, HICEP, RBL, EMOBRAGA e ENPCT Imprensa Nacional de Moçambique, Correios de Moçambique e 2 empresas participadas, nomeadamente BNI e EMOSE. Esta realização representa o cumprimento do plano em 117%.
- b) **Manuais de Governação Corporativa** de 3 empresas participadas que são: TMCEL, BNI e Petromoc, representando 100% do planificado;
- c) **Regulamentos de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços** de 05 empresas, sendo 04 empresas públicas, nomeadamente: EDM, ADM, RM, TVM, e 01 empresa participada, a Petromoc, representando 115% do plano anual;
- d) **Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros** de 01 empresa pública, a ADM, que representa um nível de cumprimento de 100%;
- e) **Regulamento de Carreiras Profissionais**: 4 empresas públicas nomeadamente EDM, RM, TVM e ADM, o que representa 100%.
- f) **Política Anti-Corrupção** de 01 empresa pública, a ADM, representando 100% do planificado.
- g) **Código de Ética** de 01 empresa, a EDM, representando 100% do plano.

- **Assegurar a realização das assembleias gerais nas empresas do Sector Empresarial do Estado**

Para a prossecução desta actividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

25. Foram realizadas 99 sessões de Assembleias Gerais das empresas, das quais 46 de empresas públicas e 53 de empresas participadas pelo Estado, representando um nível de cumprimento do plano em 188%. Das 99 sessões, 62 foram ordinárias e 37 extraordinárias.

26. Nestas sessões das Assembleias Gerais foi feita a apreciação e deliberação sobre diversas matérias relativas ao desenvolvimento das actividades e negócios das empresas, sendo de destacar:

- Os relatórios e contas da administração, referentes ao exercício económico de 2019, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- A eleição dos membros dos órgãos sociais e estatutários;
- Os instrumentos de gestão e de governação corporativa;
- Os programas de investimentos;
- Os processos de reestruturação financeira e operacional;
- O aumento do capital estatutário ou social;
- O pacote remuneratório dos membros dos órgãos sociais e estatutários;
- O pacote remuneratório dos colaboradores; e
- Os planos anuais de actividade e orçamento para o ano de 2021.

27. Houve o processo de harmonização com as empresas sobre as matérias a serem submetidas e discutidas em cada sessão da assembleia geral, o que permitiu a emissão das convocatórias e sua publicação através dos mecanismos legalmente previstos.

28. Ainda no processo de preparação de cada sessão, foram elaborados 99 Guiões, que contêm a análise técnica e o respectivo parecer sobre cada uma das matérias submetidas pelas empresas, e que conduzem à orientação do sentido de voto que será a base para a tomada de decisão do accionista em sede da assembleia geral.

29. Como resultado das sessões realizadas, foram elaboradas as actas, que incorporam as matérias tratadas, as decisões tomadas e respectivas recomendações. E para permitir a monitoria pelo accionista, na implementação das decisões tomadas, foram elaboradas as Matrizes de Deliberações, que para além das decisões e recomendações, indicam as acções subsequentes bem como os prazos de implementação de cada acção.

30. Feita a apreciação do cumprimento das deliberações tomadas, em todas as empresas, através da prestação de contas pelos Conselhos de Administração, em cada sessão seguinte das respectivas assembleias gerais, sobre o grau de realização das decisões anteriores.

- **Garantir a gestão transparente nas empresas do sector empresarial do Estado**

Para assegurar a gestão transparente nas empresas, foram realizadas as seguintes acções:

- Foram analisadas ao longo do ano de 2020, as contas anuais de 47 empresas, das quais foram aprovadas as contas referentes a 45 empresas e reprovadas as contas de 02 empresas. As contas aprovadas foram publicadas pelos mecanismos legalmente previstos.
 - Foram assinados 01 contrato de gestão que inclui a matriz de indicadores de desempenho e 07 contratos de mandato e aprovados 07 Termos de Referência dos cargos na EDM;
 - Foi concluída a elaboração e harmonização de 06 contratos de gestão, 23 contratos de mandato e 23 Termos de Referência dos cargos, para as empresas ENH, CFM, EMOSE, TMCEL, DOMUS, Sociedade do Notícias; e
 - Foram elaborados e em fase de harmonização, 06 contratos de gestão, 21 contratos de mandato e 21 Termos de Referência dos cargos, para as empresas TVM, RM, ENPCT, LAM, SMM, BNI, representado 100% do planejado para o período.
31. Foi feita a monitoria dos mandatos dos membros dos órgãos sociais e coordenado o processo de eleição e tomada de posse dos Gestores Públicos e Representantes do Estado, bem como o preenchimento das vacaturas em 10 empresas do SEE, com destaque para aquelas onde foram designados novos Membros dos Conselhos de Administração, que são os casos da EDM, ENH, CFM, BNI, Sociedade do Notícias e SMM, representado 100% do programado para o período.
32. Foi recolhida a informação e actualizada a Base de Dados dos Gestores Públicos e Representantes do Estado das empresas do Sector Empresarial do Estado, representado 100% do planejado para o período. Foi também iniciado o trabalho para o desenvolvimento da Base de Dados, que conta com o apoio a Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia.
33. Com vista a melhor assessorar o accionista nos processos de investimento, gestão de risco, dívida, foram criadas Comissões de Investimento, Gestão de Risco e Dívida para as empresas EDM, ENH e PETROMOC. Considera-se este, um marco importante na implementação da Lei do SEE na medida em que estão sendo consolidados os mecanismos para o reforço do controlo e monitoria dos processos de financiamento, endividamento e controlo do risco, em especial do risco fiscal.

34. No âmbito da colaboração com o Gabinete Central de Combate à Corrupção foi feita a formação em Ética e Probidade Pública em duas empresas do SEE, nomeadamente na EDM, tendo participado o Conselho de Administração e quadros de Direcção da empresa, e na Tmcel, SA, onde participaram os membros do Conselho de Administração e os quadros de direcção e chefia das regiões norte, centro e sul do país.

- **Definir os critérios para a remuneração dos órgãos sociais das empresas do Sector Empresarial do Estado**

35. Foi concluída a reflexão sobre o Decreto que estabelece as modalidades e os critérios para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos estatutários das empresas do SEE, e que aguarda a a submissão ao Conselho de Ministros para aprovação.

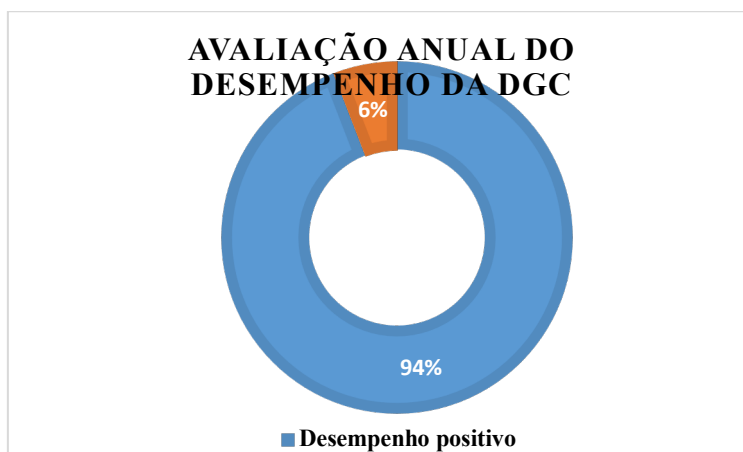


Gráfico 2- Avaliação Anual do Desempenho da DGC

IV. DIRECÇÃO DE INVESTIMENTOS

Actividades Planificadas

36. Até ao 4º Trimestre a Direcção de Investimentos executou positivamente 5 actividades, de um total de 5 programadas, significando um nível de realização de 100% com destaque para as seguintes actividades:

- Implementação da estratégia de investimento do SEE:
 - Criando um programa estratégico
 - Garantir a implementação da estratégia
- Avaliar e monitorar projectos de investimentos
 - Verificar a viabilidade e a rentabilidade dos projectos;

- Verificar e certificar sobre a fiabilidade das fontes de financiamento dos projectos
- Avaliar e monitorar as Participações Indirectas e Parcerias Público-Privadas
 - Seleccionando as empresas alvos de intervenção;
 - Avaliando parcerias Público-Privadas

No âmbito da reestruturação das empresas do SEE:

- **Garantir a implementação da estratégia de investimentos do sector empresarial do Estado.**

37. Durante o ano de 2020 o IGEPE investiu cerca de um milhão de meticais nas empresas do SEE através de aportes financeiros para aumento e realização do capital social nessas sociedade, com destaque para a LAM, ADM, BNI, SEMOC, EMEM e Rádio Moçambique.

- **Avaliar participações sociais**

38. No período em apreço foi feita a avaliação da participação em 5 empresas onde o Estado e/ou IGEPE pretende alienar a sua participação, nomeadamente: Mogas, S.A., Emeritus, S.A.; Cimentos de Moçambique, S.A. e Mextur, S.A. e Cometal S.A. com o objectivo de se proceder a alienação da participação, no âmbito do processo de desinvestimento nas participações não estratégicas e que tendencialmente não distribuem dividendos.

No âmbito da Consolidação dos mecanismos da monitoria do Desempenho Económico-financeiro das Empresas

- **Avaliar e monitorar as Participações Indirectas e Parcerias Público-Privadas**

39. Foi feita a avaliação económico-financeira das Participações Indirectas incluído as Parcerias Público-privadas das empresas do SEE, tendo se produzido o primeiro “*draft*” do relatório de avaliação.

- **Avaliar e monitorar os projectos de investimentos do sector empresarial do Estado;**

40. Durante o ano em curso foram analisados projectos de investimento de algumas empresas do SEE, do qual se destacam: s empresas que se seguem:

- a) EDM, E.P.

- Projecto de Construção de uma Central fotovoltaica em Mecufi na Província de Cabo Delgado, com uma capacidade de geração de 20MW para integrar na rede nacional de transmissão; e
 - Projecto de Construção de uma Central fotovoltaica em Cuamba I e II, na Província de Niassa, com uma capacidade de geração de 30MW e 20MW respectivamente, para integrar na rede nacional de transmissão;
- b) SMM – Plano para o estabelecimento de uma unidade de produção de soros e injectáveis, que irá abastecer o mercado nacional e regional;
- c) RM - Projecto de Modernização, Digitalização e Expansão da Radio Moçambique, com investimento estimado em 92 milhões de US\$;
- d) ADM - Projecto de concessão da exploração dos terminais de carga dos aeroportos internacionais de Maputo, Beira e Nacala;
- e) PETROMOC - Projecto de estabelecimento de um *pipeline* entre Moçambique e África do Sul em parceria com a empresa PETRO CORP, sediada na Província de Mpumalanga;
- **Participar na elaboração e monitorar os Contratos Programa e a Matriz Indicadores de Desempenho Económico-financeiro das empresas do SEE**

41. A Direcção de Investimentos participou na:

- a) Elaboração dos Contrato-Programa para as (6) empresas do SEE que recebem aportes financeiros do Estado para apoio ao défice de exploração; e
- b) Elaboração da Matriz de Indicadores de Desempenho Económico-financeiro Matriz (5 empresas), e sua inclusão como parte integrante dos Contratos de Gestão.

No âmbito da redução do risco fiscal

- **Monitoria dos limites de endividamento nas empresas do SEE e Avaliação de Risco**

42. Foi feita a monitoria do endividamento das empresas do sector empresarial do Estado e do seu nível de risco, que culminou:

- a) Fornecimento de informação sobre a componente da dívida das empresas do SEE a constar do Relatório Anual da Dívida Publica referente ao exercício económico de 2019;
- b) Elaboração do Relatório da Dívida do SEE – 2019, que inclui:
 - a. Dívidas das empresas do SEE; e

- b. Avaliação do risco do endividamento das empresas.

V. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Actividade Programadas

Departamento Financeiro:

- a) Realização das Auditorias Interna e Externa
- b) Arrecadação da receita
- c) Despesas na rubrica de Operações Financeiras do Estado
- d) Análise Orçamental do IGEPE
- e) Comparação da Execução com o ano anterior de 2019

Departamento de Património:

- a) Manutenção e Reparação dos Imóveis (3)
- b) Manutenção e Reparação de Viaturas
- c) Manutenção e Reparação de Equipamentos
- d) Pagamento de Seguros (Ramo de Automóveis e Habitação)
- e) Pagamento de Manifestos e Taxas de Rádios das Viaturas
- f) Gestão do Stock de Economato (Material de Escritório, Consumíveis e Bens Alimentícios)
- g) Alienação de Viaturas
- h) Inventariação dos bens Patrimoniais;

Departamento de Recursos Humanos:

- a) Melhorar o processo de assistência médica e medicamentosa;
- b) Melhorar o sistema de controlo da assiduidade, férias e ausências;
- c) Proceder ao processamento salarial;
- d) Monitorar o processo de avaliação de desempenho;
- e) Elaborar e implementar o plano de formação;
- f) Proceder a progressão dos colaboradores;

- **Realização das Auditorias Interna e Externa**

43. Durante o ano de 2020 foram realizadas as seguintes auditorias:

- **Interna** – pela Inspeção Geral de Finanças e Ministério da Função Pública;
- **Externas** – Pelo Tribunal Administrativo e auditor externo, Mazars;
- **Arrecadação da Receita**

44. Nesta actividade temos as seguintes receitas arrecadadas:

- a) – Receita Total;
- b) – Receita do Estado
- c) – Receita do IGEPE

- **Receita Total**

45. A receita orçamentada para o exercício económico de 2020, foi no valor de 2.784,6 milhões de Meticais. No final do exercício económico, foi arrecadado o valor de 6.338,27 milhões de Meticais que corresponde a 228% de realização.

46. A grande realização dos dividendos é influenciado positivamente pela distribuição dos dividendos das empresas públicas, nomeadamente:

- Hidroelétrica de Cabora Bassa – no valor de 3.240,0 milhões de Meticais, referente aos dividendos não pagos dos anos de 2015, 2016, 2017e 2019;
- Caminhos de Ferro de Moçambique – no valor de 887,9 milhões de Meticais e;
- Empresa Nacional de Hidrocarbonetos – no valor de 516,6 milhões de Meticais;

47. Uma parte da receita dos dividendos do HCB, no montante de 1.800,0 milhões de Meticais, foi desembolsado directamente para a EDM no âmbito da electrificação rural.

48. As empresas participadas que distribuíram dividendos neste período foram:

- MilleniumBim – no valor de 861,43 milhões de Meticais;
- CMH – No valor de 660,4 milhões de Meticais;
- BNI – No valor de 50 milhões de Meticais;
- EMOSE – no valor de 32,98 milhões de Meticais;
- CMG – no valor de 30 milhões de Meticais.

49. Relativamente as alienações tivemos das seguintes empresas:

- Geralco, Tecnauto, Fábrica de Cajú de Manjacaze, Moçambique Previdente, Ecmepps, Pintex da Beira, Gapi, Marmonte, Steia, Textafrica.

50. Abaixo a **tabela 2**, da execução da receita total:

Em Meticais			
Descrição	Orçamentado	Realizado	% Realização
Receita de Dividendos	2.420.000.000,00	6.279.526.796,93	259%
Receita de Alienação	351.426.018,40	30.538.634,34	9%
Outras Receitas	13.200.000,00	28.207.747,32	214%
Total	2.784.626.018,40	6.338.273.178,59	228%

- **Receita do Estado**

51. Para o ano de 2020, da receita a favor do Estado, foi previsto o valor total de 2.338,3 milhões de Meticais, tendo sido arrecadado o valor de 5.932,93 milhões de Meticais, correspondendo a uma realização de 254%.

Abaixo a **tabela 3**, que detalha a execução da receita do Estado:

Em Meticais			
Descrição	Orçamentado	Realizado	% Realização
Receita de Dividendos	2.026.571.429,00	5.917.586.213,06	292%
Receita de Alienação	311.783.416,56	15.346.361,72	5%
Total	2.338.354.845,56	5.932.932.574,78	254%

- **Receita do IGEPE**

52. Durante o exercício económico, o IGEPE arrecadou o valor de 405,3 milhões de Meticais, que corresponde a 91% da previsão feita no valor de 446,2 milhões de Meticais.

53. Para além da receita de dividendos e da alienação, o IGEPE arrecadou a receita de órgãos sociais das empresas e da venda de cadernos de concursos.

Abaixo a **tabela 4**, que mostra a execução da receita do IGEPE:

Em Meticais			
Descrição	Orçamentado	Realizado	% Realização
Receita de Dividendos	398.428.571,00	361.940.583,87	91%
Receita de Alienação	34.642.601,84	15.192.272,62	44%
Outras Receitas	13.200.000,00	28.207.747,32	214%
Total	446.271.172,84	405.340.603,81	91%

- **Análise Orçamental da Despesa do IGEPE**

54. O orçamento de despesas do IGEPE aprovado para o presente ano foi no valor de 194.35 milhões de Meticais. A execução da despesa durante o exercício foi no valor de 168,7 milhões de Meticais, que corresponde a 87% de realização.

55. Algumas actividades planificadas foram adiadas devido a pandemia e serão realizadas no próximo ano de 2021, se a situação melhorar, essas actividades incluem:

- Reuniões com Sector Empresarial para a implementação da Estratégia de Investimentos;
- Reuniões com Sector Empresarial do Estado para a implementação da Estratégia de Viabilização e Rentabilização;
- Reuniões com o Sector Empresarial do Estado no âmbito da Consolidação de Contabilização;

56. A falta da realização das actividades acima influenciou negativamente na execução total do orçamento do ano de 2020.

57. Relativamente as despesas de investimentos, na rubrica de consultorias, temos uma execução reduzida de 56%, pois apesar de termos lançado alguns concursos, estes irão entrar em funcionamento no próximo ano de 2021, nomeadamente:

- a) Consolidação de Contas,
- b) Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE;
- c) Consultoria no Apoio da Negociação da Venda de Participações Sociais.

Abaixo a **tabela 5** de execução da despesa do IGEPE:

Em Meticais

Descrição	Orçamentado	Execução	% Realização
Despesas de Funcionamento	164.599.492,64	141.095.463,14	86%
Despesas c/ Pessoal	129.429.612,66	107.567.592,43	83%
Bens e Serviços	27.004.209,98	27.091.881,09	100%
Transf Familias	8.165.670,00	6.435.989,62	79%
Despesas de Investimento	29.750.780,00	27.636.458,77	93%
Serviços/Consultoria	20.100.780,00	11.274.215,19	56%
Maquinaria/Equipto/Mobiliário	3.050.000,00	9.302.654,62	305%
Construções	1.000.000,00	540.071,76	54%
OFAS do IGEPE	5.600.000,00	6.519.517,20	116%
TOTAL das Despesas	194.350.272,64	168.731.921,91	87%

- **Comparação da arrecadação da Receita entre os anos 2019 e 2020**

58. Em termos comparativos, a realização da receita do ano corrente esta a 2019%, quando comparado com o ano anterior, como se observa a tabela abaixo.

Abaixo a **tabela 6**

Descrição	Em Meticais		
	Realizado-2019	Realizado-2020	Varição
Receita de Dividendos	2 044 146 692,50	4 169 182 269,93	104%
Receita de Alienação	44 949 471,99	30 538 634,34	-32%
Outras Receitas	13 019 100,52	29 251 021,92	125%
Total	2 102 115 265,01	4 228 971 926,19	101%

Comparação da execução da Despesa entre os anos 2019 e 2020

59. As despesas reduziram a 24%, quando comparada com a execução no mesmo período execução no ano anterior.

Abaixo a **tabela 7**

Descrição	Em Meticais		
	Execução 2019	Execução 2020	Varição
Despesas de Funcionamento	149 081 009,91	126 817 280,72	-15%
Despesas de Investimento	33 430 089,18	11 412 130,36	-66%
Total das Despesas	182 511 099,09	138 229 411,08	-24%

Departamento de Património:

- a) Manutenção e Reparação dos Imóveis;
- b) Manutenção e Reparação de Viaturas;
- c) Manutenção e Reparação de Equipamentos;
- d) Pagamento de Seguros (Ramo de Automóveis e Habitação);
- e) Pagamento de Manifestos e Taxas de Rádios das Viaturas;
- f) Gestão do Stock de Economato;
- g) Alienação de Viaturas;
- h) Inventariação dos bens Patrimoniais;
- i) Abate de Diversos Bens.

Departamento de Recursos Humanos

- **Melhorar o processo de Assistência Médica e Medicamentosa**

60. Proceceu-se a atualização da lista dos beneficiários da assistência médica e medicamentosa e enviou as clínicas provedoras destes serviços, contando actualmente com 256 beneficiário, sendo 57 colaboradores. O orçamento realizado na rubrica de Assistência Médica e Medicamentosa foi no valor de 5.045.396,38 que representa 62% do valor planificado para o ano de 2020 (valor planificado: 8.165.670 Meticais).

- **Melhorar o processo de controlo da Assiduidade, férias e Ausências**

61. Monitoria dos pedidos de férias/dispensas/ausências/pontualidade e a assiduidade sendo que as dispensas e faltas foram descontadas nas férias ou no salário dependendo colaborador.

- **Proceder ao Processamento Salarial**

62. O grau de execução foi de 100%, com o processamento de 12 meses de salário, pagos subsídios de férias, décimo terceiro salário e processadas as três prestações de órgãos sociais. Foram igualmente processadas as folhas do INSS, Previdência Social, IRPS e SNV (serviço Nacional de Vencimentos para pagamentos, sendo que a última (SNV) foi remetida ao CEDSIF para o respectivo reembolso.

- **Monitorar o Processo de Avaliações de Desempenho**

63. Monitoria do processo das avaliações de desempenho de 2019, submissão a homologação a nível da administração e posterior arquivo nos processos individuais dos colaboradores. Com base nos resultados das avaliações, foi possível determinar a progressão de 35 colaboradores, mudança de carreira de 1 colaborador, promoção de 9 colaboradores.

64. Distribuídas as fichas de avaliação de desempenho para o ano de 2020 e os respectivos acordos de Desempenho e os Planos Individuais de Actividades, que serão assinados entre o avaliado e o avaliador e servirão de base para avaliar o ano de 2021.

- **Elaborar e Implementar o Plano de Formação**

65. Relativamente a formação, 6 colaboradores beneficiaram de uma capacitação, ministrada pelo MEF em matérias de Planificação e Orçamentação no Cedsif. As restantes acções de formação programadas para este ano ficaram suspensas, por conta da pandemia da COVID-19.

66. Ainda sobre formações, 3 colaboradores apresentaram os certificados de conclusão com sucesso da sua formação académica, na área de contabilidade, 2 licenciaturas e 1 curso médio. A distribuição dos colaboradores por grau académico a 31 de Dezembro de 2020, é a seguinte: Mestrado (10), Licenciatura (36), Nível Médio Profissional (6), Nível Médio Geral (6) e Nível Básico (3).

67. No período em referência o IGEPE orientou apenas um estágio profissional no Gabinete Jurídico.

- a) Gestão do Pessoal**

68. O IGEPE contou com o reforço de 4 colaboradores, por via de mobilidade de quadro, tendo sido afecto ao Gabinete Jurídico (1), Direção de Investimentos (1), Direção de Controle das Participações (1) e Direção de Governação Corporativa (1) como técnicos.

69. No mesmo período, houve desligamento de cinco (5) colaboradores: quatro (4) por terem atingido a idade de reforma e um (1) que solicitou férias sem remuneração para continuar com a formação profissional. Importa referir que no período em referência o IGEPE perdeu vítima de doença, um membro do Conselho Fiscal.

70. Iniciou-se o processo administrativo para o desligamento de 6 colaboradores.

71. A 30 de Setembro o IGEPE contava com um universo de 61 colaboradores incluindo os membros dos órgãos sociais, sendo 31 homens e 30 mulheres.

- b) Outras Actividades**

72. Inspeção do Ministério de Administração Estatal e Função Pública, tendo sido produzido o relatório, contendo as constatações e recomendações e elaborado a matriz de acompanhamento da implementação das recomendações.

73. Adopção de um conjunto de acções com o objectivo de reduzir o risco de contaminação no local de trabalho, com destaque para o encorajamento dos seus colaboradores a adesão

rígida das medidas de prevenção e combate a esta pandemia do COVID-19 e igualmente implementou a rotatividade semanal que se verificou durante o Estado de Emergência que vigorou desde Abril de 2020.

VI. DIRECÇÃO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Actividades Planificadas

74. Na Direcção de Planificação Desenvolvimento Institucional tinha sido programado para o PAO 2020, um total de 20 actividades e todas foram executadas positivamente a um nível de 100% (vide o gráfico 3), com maior destaque para as seguintes actividades:

- a) Monitorar o cumprimento das principais actividades planificadas;
- b) Elaborar os balanços Trimestrais de actividades;
- c) Elaborar os Planos de Actividade e Orçamento para o ano seguinte;
- d) Melhorar o suporte tecnológico institucional, Actualizar e apetrechar o IGEPE com equipamento informático.

Actividades realizadas na Planificação

75. No âmbito da monitoria do cumprimento das principais actividades planificadas foi feita a Monitoria de cumprimento das principais actividades planificadas para o 2020.

76. No âmbito da realização de balanço do Plano de Actividades Anual de IGEPE foi feita a avaliação e o relatório das principais actividades planificadas em 2020.

77. No âmbito da realização de balanço das actividades desenvolvidas em 2020, com o MEF no âmbito do CFMP tendo sido enviado o balanço do PES e do PAO 2020.

Actividades realizadas na Repartição dos Sistemas de Informação e Comunicação

78. No âmbito de melhoramento do suporte tecnológico institucional e da Actualização e apetrechamento do IGEPE com equipamento informático adequado foram adquiridos duas (02) impressoras e aguarda-se pelo pagamento das licenças/update de PHC.

- a) Foram adquiridos também: VMWARE - Software para a protecção da rede Ms-Exchange - Gestor de E-mails (Actual. da licenç anual), Firewall (VPN) - Software para protecção da rede (Actualização da rede anual) Anti virus do Servidor
- b) E foi instalado e actualizado o Antivírus de rede
- c) Foram também lançados e adjudicados os concursos no processo de VMWARE - Software para a protecção da rede Ms- Exchange - Gestor de E-mails (Actualização. da licença anual) Firewall (VPN) - Software para protecção da rede (Actualização da rede anual) Anti vírus do Servidor.

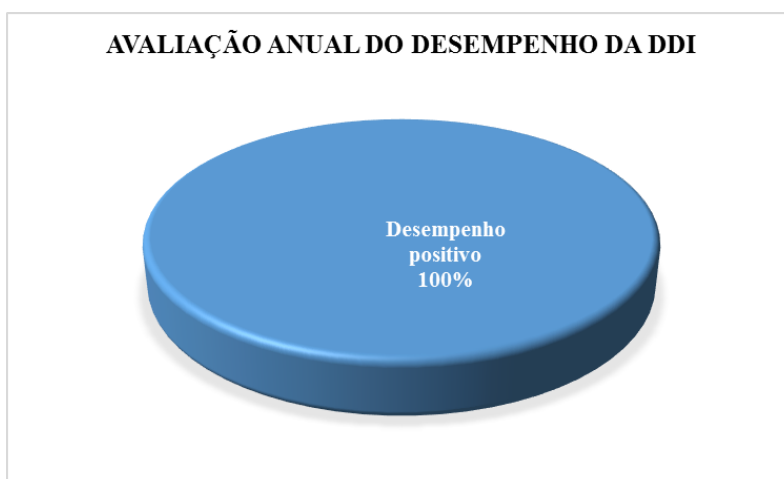


Gráfico 3- Avaliação Anual do Desempenho de DDI

VII. GABINETE JURÍDICO

Actividades Planificadas

79. O Gabinete Jurídico tinha programado para Janeiro a Dezembro de 2020, um total de 12 actividades e foram executadas positivamente a um nível de 100% (vide o gráfico 4), com maior impacto para as seguintes actividades:

- a) Continuar a elaborar a versão harmonizada da proposta de alteração do Decreto de criação do IGEPE e do Estatuto Orgânico;
- b) Continuar a divulgar, acompanhar e apoiar o processo de implementação da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e Regras Aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, nas empresas do sector empresarial do Estado;

- c) Assegurar a reforma da legislação sobre o processo de alienações das participações do sector empresarial do Estado;
- d) Apoiar o processo de alteração dos Estatutos das empresas do sector empresarial do Estado, incluindo os diplomas legais da sua criação, no âmbito da implementação da Lei nº 3/18, de 19 de Junho;
- e) Apoiar na revisão do Decreto e Estatuto do gestor público.

Actividades Realizadas

- **No âmbito das Actividades de Rotina**

- 80. Assessorou a Direcção de Controlo das Participadas nos processos específicos de reestruturação e/ou alienação das participações do Estado e do IGEPE;
- 81. Emitiu de pareceres diversos: CPCV's, memorandos de Entendimento, Contratos de Confidencialidade e outros;
- 82. Elaborou de Propostas de Despachos diversos (PM, conjuntos, etc.);
- 83. Assessorou o processo de elaboração dos contratos de mandato e de gestão entre o IGEPE e os Gestores Públicos do Sector Empresarial do Estado e entre o IGEPE e os CA's do SEE;
- 84. Apoiou o processo de alteração dos Estatutos das Empresas do Sector Empresarial do Estado, incluindo os diplomas legais da sua criação, no âmbito da implementação da Lei nº 3/18, de 19 de Junho;
- 85. Continuou a divulgar, acompanhar e apoiar o processo de implementação da Lei nº 3/2018, de 19 de Junho, que estabelece os princípios e Regras Aplicáveis ao Sector Empresarial do Estado, nas Empresas do Sector empresarial do Estado;
- 86. Apoiou e assistiu juridicamente empresas do sector empresarial do Estado quando demandam ou quando demandados;
- 87. Elaborou e monitorou o mapa de petições submetidas ao IGEPE e as respectivas respostas;
- 88. Preparou as sessões do Conselho de Administração e elaborou as respectivas actas;
- 89. Representou o IGEPE em litígios de ordem jurídica diante de empresas, entidades, centros de arbitragem e particulares.

90. Controlou o circuito geral do expediente e as respostas às petições entradas no IGEPE/Triagem e controlou os prazos para as respectivas respostas;
91. Elaborou as matrizes das petições numa base mensal, trimestral e anual;
92. Coordenou e melhorou o arquivo do IGEPE através do acompanhamento da organização da documentação do mesmo.



Gráfico 4- Avaliação Anual do Desempenho do Gabinete Jurídico

Balanco das Petições do 3º Trimestre de 2020

93. No período em referência, o IGEPE recebeu um total a **135** petições, das quais:
- a. 91 Respondidas
 - b. 44 Em processo de análise

VIII. GABINETE AUDITORIA INTERNA

Actividades Planificadas

94. No presente Relatório de Actividades do Gabinete de Auditoria Interna (GAI), constam as principais actividades desenvolvidas no segundo semestre de 2020, por este gabinete ter sido criado formalmente no mês de Julho.
95. O plano de actividades foi executado dando resposta, quer às actividades previamente planeadas assim como as superiormente emanadas.
96. Durante o período em referência, foram concebidos instrumentos/modelos de prestação de contas, tanto a nível interno assim como para as empresas que beneficiam de subsídios do

Estado com vista a sua uniformização, pois cada empresa produzia a informação de forma diferente.

97. Está em curso a revisão do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros, com vista a sua actualização, prevendo-se a sua conclusão para Dezembro de 2020.
98. Procedeu-se o acompanhamento das recomendações do TA, a nível do Departamento do Património, constatou-se que algumas ainda não tinham sido cumpridas, nomeadamente: Incorporar no inventário alguns bens adquiridos e não inventariados em 2018, identificar a viatura de marca Nissan Centra - ADF 300 MC como património do Estado e o pagamento do Imposto de Selo por parte dos 7 beneficiários de alienação de viaturas. Refira-se que todas as recomendações já foram cumpridas.
99. Recomendações da Inspeção da Função Pública, verificou-se que na sua maioria foram cumpridas, faltando aquelas cujo cumprimento carece de formação. Exemplo: Arquivo e classificação de documentos, O processo de instalação da linha verde está em processo, sendo que o pedido de autorização já foi remetido ao Regulador – Instituto nacional das Comunicações (INCM).
100. Recomendações da Inspeção Geral de Finanças, na sua maioria foram cumpridas, prevalecendo o assunto relativo ao Regulamento de Aquisição, Alienação e utilização de Viaturas, que foi enviado à DNPE para os devidos efeitos, e o respeitante a programação e inscrição no orçamento do IGEPE de todos os compromissos assumidos pelo Estado no âmbito das Operações Financeiras do Estado, assunto que está sendo tratado pela DAF. Refira-se que com a inclusão no Orçamento Geral do Estado do défice de exploração das empresas públicas, este assunto será minimizado.
101. Na tabela abaixo ilustra-se o ponto de situação das recomendações das inspeções que o IGEPE recebeu em 2020:

Abaixo a **tabela 8**

DESIGNAÇÃO	Nº de Recomendações	Cumpridas	Em Curso	Não Aplicável
Tribunal Administrativo	3	3		

Inspecção Geral de Finanças	12	9	3	
Inspecção Geral da Função Pública	15	8	6	1

102. No Departamento do Património, constatou-se que as requisições de materiais não eram adequadas e introduziu-se um novo modelo em que cada colaborador vai ter uma requisição para todo o ano, o que vai permitir melhor controlo e pista de auditoria.

103. O IGEPE tem realizado muitas despesas fora do ambiente e-SISTAFE, havendo necessidade de se reverter esta situação.

104. Foram concebidos modelos de contagem de caixa e de relatório de viagem a serem submetidos ao CA para apreciação e aprovação, caso sejam aceites.

105. Com base nos planos trimestrais e respectivos relatórios elaborados pelas empresas que beneficiam-se de subsídio do Estado, foi feito o acompanhamento da sua execução e emitidas recomendações, conforme o que foi constatado.

106. O GAI é chamado a colaborar nas diferentes actividades superiormente incumbidas. Nestes termos, foram realizadas as seguintes tarefas:

107. No âmbito do Programa Sustenta – Intensificação da produção do arroz nos regadios de Chókwe e Baixo Limpopo, faz parte da equipe de monitoria deste programa, tendo sido realizadas três viagens e elaborados os respectivos relatórios com as devidas recomendações e,

108. Incumbido a missão de acompanhar o processo de integração do Dr. Adolfo Viera como novo Director Financeiro da Empresa Nacional de Parques de Ciência e Tecnologia, que culminou com a entrega de pastas.

IX. UGEA

Actividades Planificadas e Realizadas

109. Foram celebrados 43 contratos, dos quais 30 possuem visto do TA e foram enviados a UFSA para conhecimento 13 contratos foram enviados ao TA e aguardam pelo visto.

110. Das 43 contratos acima citados 10 não tinham sido previstos no plano de actividade.

111. A UGEA participou na elaboração de regulamento de contratação de empreitada de obras, bens e serviços das empresas do SEE, nomeadamente a TVM, RM, PETROMOC, AEROPORTO E EDM.

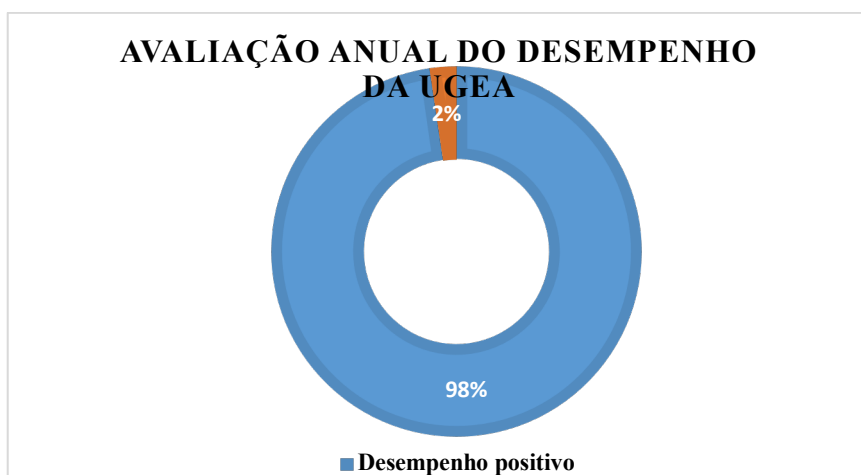


Gráfico 5- Avaliação Anual do Desempenho da UGEA

X. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO NO COMBATE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO NO IGEPE

112. Devido à situação de pandemia pelo COVID-19, o IGEPE, alinhado com as orientações do Governo e em cumprimento das medidas adoptadas no âmbito do Estado de Emergência, declarado no dia 30 de Março, para vigorar de 01 a 30 de Abril do ano em curso, tendo sido prorrogado até 30 de Setembro corrente, tomou as seguintes medidas restritivas de prevenção e mitigação:

- **Medidas de distanciamento social;**
 - a) Introdução de rotatividade do pessoal, onde os colaboradores fazem-se ao local de trabalho em semanas alternadas;
 - b) Redução do número de colaboradores por áreas de trabalho, máximo de dois (2) técnicos em simultâneo;
 - c) Restrição de número de participantes em reuniões (máximo 3 pessoa);

- **Medidas de higiene e limpeza**
 - a) Uso de álcool gel e de tapetes embebidos em solução de água e hipoclorito de sódio (lixívia) à entrada do edifício do IGEPE, para a desinfecção das mãos e pés de todos os seus utentes;
 - b) Disponibilização de álcool gel em todos os andares do edifício para a desinfecção das mãos;
 - c) Contratação de um agente, para medir a temperatura de todos os colaboradores e visitantes a entrada da instituição;
 - d) Disponibilização de sabão “bingo” em todos os sanitários e copas para a lavagem das mãos;
 - e) Limpeza e desinfecção constante dos sanitários, maçanetas das portas, elevador e de outras superfícies que podem constituir fonte de contágio;
 - f) Manutenção de portas e janelas dos gabinetes permanentemente abertas, de modo a garantir maior ventilação e menor risco de contágio;

- **Medidas de protecção pessoal e colectiva**

113. O IGEPE adquiriu máscaras para oferta aos seus colaboradores, como forma de estimular o seu uso, tendo estabelecido a sua obrigatoriedade na instituição, quer pelos colaboradores como pelos visitantes;

- a) Uso de luvas pelas secretárias, recepcionistas e pessoal de apoio, uma vez que estes lidam constantemente com documentos (internos e externos);
- b) Demarcação do distanciamento social, entre a recepção e dos visitantes;
- c) Uso de viseira para o pessoal *in-front*.

- **Medidas de disseminação de informação**

- a) Realização de uma palestra com consultor e médico do Instituto Nacional de Saúde, para disseminação do protocolo a ter em conta, caso um colaborador teste positivo;
- b) Colocação de panfletos informativos sobre o COVID-19 e sobre as medidas de prevenção, na vitrina do IGEPE, elevadores e espaços comuns;
- c) Sensibilização interna para o cumprimento das orientações da OMS e do Ministério da Saúde.

XI. CONCLUSÃO

114. Para o ano de 2020, o IGEPE contou com uma carteira composta por 42 empresas estratégicas e 1 fundação, sendo 12 empresas públicas, 7 empresas exclusivamente participadas pelo Estado, 11 maioritariamente participadas pelo Estado e 12 minoritariamente participadas pelo Estado.

115. Apesar dos efeitos negativos advindos da Pandemia do COVID 19 que afectaram a conjuntura macro-económica, o grau de realização do plano de actividades e orçamento para o presente ano é considerado muito bom, com um nível de execução de 97%.

116. As actividades que não foram possíveis serem executadas em 2020 pela sua natureza e por conta da pandemia do COVID 19 transitaram para o Plano de Actividades e Orçamento 2021 e acauteladas no mesmo orçamento, nomeadamente:

117. *Despesas de Funcionamento*

- Reuniões com Sector Empresarial para a implementação da Estratégia de Investimentos;
- Reuniões com Sector Empresarial do Estado para a implementação da Estratégia de Viabilização e Rentabilização;
- Reuniões com o Sector Empresarial do Estado no âmbito da Consolidação de Contas;

118. *Despesas de Investimento*

- Consolidação de Contas,
- Estratégia de Viabilização e Rentabilização do SEE;
- Consultoria no Apoio da Negociação da Venda de Participações Sociais.

119. Deste modo, o IGEPE continua com a pretensão de tornar o sector empresarial do Estado mais robusto, cada vez mais dinâmico e ajustado aos desafios do mercado, registando eficiente desempenho e conducente a um aumento substancial das receitas de capital para uma consequente maior contribuição ao Tesouro Público.

